



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - LEI ROUANET			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0360/17	DATA: 27/04/2017	
LOCAL: Plenário 5 das Comissões	INÍCIO: 11h25min	TÉRMINO: 12h12min	PÁGINAS: 17
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
SUMÁRIO			
Discussão e votação do relatório final da CPI.			
OBSERVAÇÕES			



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Ordinária da CPI da Lei Rouanet.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 24ª reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há a necessidade de leitura da referida ata.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Solicito a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Domingos Sávio.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Antes de passar à apresentação, discussão e votação do relatório final da CPI, peço ao Relator vista do seu relatório. *(Pausa.)*

Vista concedida ao Deputado Sóstenes Cavalcante. *(Riso.)*

Passo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Começamos bem democraticamente. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Fazer o quê?!

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Nada como um bom consenso, né?

Um bom-dia a todos e a todas. Prezado colega, Deputado Sóstenes Cavalcante, de fato eu tenho a tranquilidade de trazer o produto do nosso trabalho, do trabalho de toda esta Comissão e dos nossos colaboradores, destacando aqui o trabalho extremamente relevante da nossa assessoria, dos servidores desta Casa, dos colaboradores que para cá vieram, especialmente dos convidados que vieram do Brasil inteiro para debater, com o propósito de contribuir não apenas para as investigações, mas também e especialmente para o aprimoramento da Lei Rouanet, de modo que, com o fruto desse trabalho coletivo, caminhamos para a produção de um relatório consensual, cumprindo o acordo que estabelecemos ao pedirmos a prorrogação do prazo. E eu não tenho dúvida de que, neste caso, o consenso traz consigo não apenas o condão de possibilitar e de facilitar, pelo entendimento, uma



aprovação, o que é natural no processo democrático. Mas vou além: neste caso, o consenso fortalece as ações pós-CPI.

Uma CPI fica totalmente esvaziada se ela não tiver repercussão, na sequência, naquilo a que ela se propõe, do ponto de vista daquilo que encaminhamos ao Poder Judiciário e ao Ministério Público. E obviamente isso extrapola o nosso alcance. Mas eu não tenho dúvida, pelo contrário, tenho confiança absoluta de que o Ministério Público buscará no Judiciário as ações necessárias para que não haja impunidade.

Assim também a CPI estabelece, no nosso relatório, comandos dirigidos a outros poderes, especialmente ao Poder Executivo, no sentido de buscar os mecanismos de aperfeiçoamento dos métodos de controle e de fiscalização, para que não tenhamos a repetição de novos fatos desagradáveis de desvios e, mais do que isso, para que haja a correção e a permanente fiscalização e controle, com ações de transparência, de democratização, de melhor gestão, dirigindo-nos tanto ao Ministério da Cultura, como ao Ministério da Fazenda, na busca da recuperação de valores transformados indevidamente em renúncia fiscal e que precisam ser recuperados, e não buscando apenas aqueles que desviaram, mas também aqueles que foram corresponsáveis.

Mas, cumprimentando o Deputado Solla, que deu grandes contribuições para este propósito, a Deputada Laura e o Deputado Chico d'Angelo, digo que o entendimento a que eu me referia, além de nos possibilitar aprovar o relatório com maior assertiva e com maior eficiência, ele será importante na sequência, para que medidas sejam de fato implementadas. Algumas ficarão fora do nosso controle, porque são encaminhamentos que faremos ao Ministério Público e ao Poder Executivo. Mas me ateno agora àquilo que estaremos propondo, que são ações que dependem do Poder Legislativo, especialmente a proposta de um aprimoramento na legislação da Lei Rouanet. E é nesse aprimoramento que nós estamos procurando construir muito um consenso, consenso esse que nos dará força, creio eu, para implementar as medidas. Não adianta termos uma bela proposta e ela ir para a gaveta. Nós precisamos ter uma bela proposta e fazermos um esforço conjunto para que ela de fato venha a ocorrer.



Portanto, com a permissão dos demais colegas, faço apenas a leitura da introdução e da conclusão do nosso relatório, deixando-o todo disponível — já está no *site* —, para que, uma vez que já tenha sido pedido vista, seja entregue aos senhores e senhoras e às assessorias e façamos sua leitura até a próxima semana. Já recebi algumas contribuições, que ainda não pude incorporar, porque as recebi de ontem para hoje. Mas, desde ontem, já estamos compartilhando informalmente esses dados, que agora constam formalmente do sistema. Assim, feitas a sua leitura e distribuição, quero de público me comprometer com que todas as sugestões que vierem receberão deste Relator uma atenção minuciosa, especial, com o propósito de me esforçar para incluí-las. Se se tratar de matéria de extrema controvérsia, pelo menos a apresentarei para debate, para discussão, ainda esforçando-me para a construção de um consenso e, portanto, dispondo-me a fazer um voto complementar, caso seja necessário — e creio que será, porque já percebo ricas contribuições. Aí, se não por unanimidade, esse voto complementar com certeza possibilitará o consenso da ampla maioria que nos fortalecerá nas ações posteriores.

**O SR. DEPUTADO CHICO D'ANGELO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Sim, Deputado. Passo a palavra ao Deputado Chico d'Angelo.

**O SR. DEPUTADO CHICO D'ANGELO** - Quero pedir também vista conjunta.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Sim, vista conjunta, é melhor que todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Concedo vista conjunta aos Deputados Laura Carneiro, Chico d'Angelo e também ao Deputado Izalci.

Eu creio que, até para dar celeridade ao...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sim. Eu estou...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Relator, creio que podemos dar vista coletiva a todos os colegas, para que possamos, se houver as reuniões...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Perfeitamente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Dependendo das presenças de amanhã, podemos marcar, *a priori*, para quarta. São duas sessões e, se tivermos a de amanhã, fica para a quarta, senão, para quinta-feira da semana que vem, para cumprirmos o prazo da nossa CPI.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - De minha parte, está ótimo!

Então, Deputado Sóstenes, que preside esta reunião, sugiro que V.Exa., juntamente com o Deputado Fraga, possa, portanto, estabelecer a convocação para quarta-feira, deixando já, talvez, pré-agendado para quinta também. Mas, na terça-feira, já pela manhã, estarei em Brasília trazendo respostas às sugestões que nos tiverem chegado. E reitero que, tanto o meu gabinete como a assessoria, na pessoa do Renato, que está coordenando os trabalhos, estamos à disposição para receber essas emendas.

Eu não vou fazer a leitura toda, com a concordância dos colegas, porque está disponibilizada. Quero apenas destacar que o nosso relatório traz, além da introdução, onde relatamos aquilo que de fato vivenciamos aqui, o consenso entre todas as representações partidárias de que o objetivo não poderia ser apenas o de nos ater à nossa investigação, que fizemos com absoluta isenção, buscando separar o joio do trigo e identificar a veracidade das denúncias que relatavam desvios de recursos da Lei Rouanet. E tivemos, como subsídio muito forte que acabou sendo o eixo da CPI — e não podia ser diferente, porque estava intimamente ligada às denúncias que originaram a instalação da CPI —, a Operação Boca Livre, um trabalho feito com seriedade, com eficiência, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal.

A CPI teve a possibilidade de constatar que, de fato, ocorreram os ilícitos dos desvios. Portanto, no nosso relatório, comungamos naquilo que foi compartilhado conosco. E os depoimentos colhidos aqui fortaleceram a tese de que, de fato, houve desvios e que aqueles responsáveis têm que pagar pelos seus erros, têm que ser indiciados e julgados pelos erros que entendemos foram cometidos. E, mais do que isso, deve haver um esforço especial para a recuperação do dinheiro público.

Ao longo do debate e das investigações, tivemos episódios como o daquele maestro que aqui esteve e que acabou confessando ter realizado um evento com três *shows* de uma filarmônica numa mesma fazenda, que, pelo que se apurou, de



propriedade do patrocinador, numa flagrante situação de desvio de propósito que, obviamente, não constava, até então, do que foi investigado pela Operação Boca Livre. E o estamos remetendo ao Ministério Público Federal.

E esta relatoria decidiu propor a V.Exas. que, em vez de encaminharmos direto para a Justiça, como foi o entendimento, embora haja controvérsia de que a CPI tenha esse poder — e eu entendo que tenha, defendendo que tenha —, acho que é uma prerrogativa...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Se V.Exa. me permite um aparte, gostaria de dizer que nós fizemos isso na CPI do Narcotráfico a torto e a direito. V.Exa. pode pedir o indiciamento.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sim, sem dúvida. Eu entendo que temos esse direito. Entendo que essa é uma prerrogativa do Parlamento, prevista na Constituição. Porém, embora para nós isso seja ponto pacífico, entendemos que talvez prejudicasse o processo judiciário se tentássemos produzir novos processos no Judiciário, sendo que o Ministério Público Federal está com esses processos em andamento. Então, entendemos que é mais eficiente, para que não ocorra impunidade, para que não ocorra morosidade, para que não se facilite aos acusados terem duplicidade de ação, encaminharmos ao Ministério Público Federal tudo o que tivermos que possa complementar, dar mais robustez e fortalecer a ação do Ministério Público em defesa do interesse público, em defesa do cumprimento da lei, acrescentando aquilo que surgiu de novo.

Simultaneamente a esse trabalho de investigação, com as diversas oitivas que aqui tivemos, identificamos vários procedimentos a serem encaminhados ao Ministério da Cultura, ao Ministério da Transparência, ao Ministério da Fazenda. Isso está aqui elencado. Então, seria o eixo 2. O eixo 1 são a investigação e a punição. O eixo 2 são os procedimentos de controle, de transparência e de melhoria das ações do Poder Executivo.

Inclusive, destaco que uma das coisas positivas desta CPI, da ação do Parlamento, cumprindo com o seu dever de fiscalização e controle, é que o Poder Executivo, diante de todo este debate que se instalou na sociedade, prontamente já produziu a Instrução Normativa nº 01, de 2017, que consideramos extremamente saudável e que já é um passo na direção de melhorar os controles por parte do



Ministério da Cultura, o que não impede que haja outras ações, conforme estamos aqui recomendando.

E, por último, vou falar do que eu considero, sem dúvida, a principal ou a grande contribuição desta CPI. Da pág. 329 até a pág. 355, apresentamos um projeto de lei que altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para aperfeiçoar o PRONAC e seus mecanismos de promoção no setor da cultura. No conjunto de proposições que aqui apresentamos, estamos tratando de preservar e fortalecer a Lei Rouanet, seguindo aquilo que foi a premissa do seu criador e daqueles que a aprovaram — os três eixos —, mas dando eficácia para que eles, de fato, existam.

O diagnóstico, que foi consenso também nos debates, é o de que a Lei Rouanet, ao longo do tempo, viu o Fundo Nacional de Cultura ser atrofiado e a parte relacionada à renúncia fiscal, também chamada “mecenato”, ser de certa forma hipertrofiada e perder a eficácia de controle. Então, não queremos diminuí-la, mas queremos mais controle, mais transparência e mais eficácia na descentralização. Queremos mecanismos que fortaleçam o Fundo Nacional, como, por exemplo: tornar compulsória a aplicação dos 3% da loteria; criar outra fonte associada à captação, que V.Exas. poderão ver aqui. Refiro-me àquela ideia de que, toda vez que, a partir de determinado valor, alguém for no mercado e captar recursos com dedução de 100% do imposto em um projeto — para citar um exemplo, foram captados 1 milhão de reais, e o patrocinador vai deduzir 1 milhão nos impostos, 100% de dedução —, 20% desse montante imediatamente irão para o Fundo Nacional de Cultura. E o promotor ou autor do projeto continua podendo captar mais 20%, para obviamente não comprometer o orçamento. Então, se um projeto tivesse o orçamento de 1 milhão e fosse possível captar 1 milhão, aquele 1 milhão teria uma destinação, no caso de ele ter uma captação com 100% de renúncia fiscal. Nesse caso, são 100% de dinheiro público que está sendo destinado, com zero de aplicação do setor privado. Então, pelo menos 20% do setor privado cairia lá no Fundo Nacional de Cultura. E o captador, o autor do projeto, não ficaria prejudicado. Ele poderia captar aqueles 20% com um segundo, com um terceiro ou até com o mesmo patrocinador.

Portanto, nós criamos um mecanismo para que, simultaneamente a essa situação em que há um apelo comercial maior para alguns projetos, eles também, de alguma forma, ajudem. Essa é uma proposta. Acredito que ela poderá gerar alguma



polêmica. Mas eu já tenho debatido com muitas pessoas que veem nela uma forma de termos aí, com certeza, a possibilidade de preservarmos algo em torno de 1 bilhão e 200 da captação que temos hoje — vamos imaginar algo em torno de 1 bilhão. Isso quer dizer que não diminuiríamos nada; poderíamos continuar captando algo em torno de 1 bilhão e 200 e poderíamos ter nesse mecanismo um instrumento que irrigasse o Fundo Nacional com algo em torno de 220 milhões de reais.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - V.Exa. me concede um aparte?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Perfeitamente, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não seria talvez importante que, em relação a esses 20% que vão para o Fundo — e não dá para fixar globalmente no Fundo —, esse valor que V.Exa. está sugerindo fosse destinado a atividades brasileiras, folclóricas?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sim! Aí vai ser um aperfeiçoamento do debate, claro.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Enfim, que pudéssemos pelo menos amarrar um pouco, porque, senão...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Talvez com algum edital.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Um edital específico.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Que talvez esse dinheiro fosse utilizado com editais específicos. Sem dúvida. Já me alegra ver que a ideia pode ser aprimorada e não rejeitada. Mas, como Relator, estou consciente de que não tenho o condão de fazer com que 100% das propostas sejam objeto de consenso.

Mas eu quis, com esse exemplo, dizer que precisaremos lutar para que os 3% da loteria sejam de fato aplicados. E sabemos que não é uma luta fácil — sabemos que não é uma luta fácil. Sou da base do Governo e sei do desafio que nós vamos enfrentar, mas eu não vou desertar da luta. Vamos estar firmes, juntos. Mas, além desse desafio, precisamos pensar em outros mecanismos para fortalecer o Fundo Nacional de Cultura, porque sinto ser uma das fragilidades da Lei Rouanet não ter esse Fundo funcionando com eficácia. Além disso, no projeto de mecenato ou de renúncia fiscal, V.Exas. verificarão várias sugestões para fortalecer a descentralização e outros mecanismos que melhorem a sua aplicação.

Deputado Capitão Augusto, ficamos felizes com a sua presença aqui também.





Por último, o FICART — Fundos de Investimento Cultural e Artístico, que nós queremos que efetivamente produza resultado. Inclusive, o FICART entra com um componente interessante, que é algo que já vinha sendo defendido pelo Tribunal de Contas e que nós já comentamos aqui: a necessidade de se estabelecer critério para definir o que é projeto economicamente viável, com apelo comercial e com capacidade de lucro comprovada, ou seja, um projeto de cultura que tenha — e me parece que foi mais ou menos essa a expressão que o próprio Tribunal de Contas usou — potencial lucrativo.

E como se vai definir isso? Estamos propondo que haja uma definição clara. Por exemplo, alguém tem um projeto que tem potencial lucrativo. Não vou citar nomes aqui para não ser inadequado do ponto de vista do impacto disso, mas todos conhecem e sabem da realização de eventos, inclusive eventos já tradicionais, que se repetem todos os anos no Brasil e fora do Brasil e que têm um potencial lucrativo indiscutível. E não é razoável que eles sejam financiados a fundo perdido, mas eles precisa, do dinheiro do FICART, ou seria saudável terem esse dinheiro. Há os mais variados espetáculos internacionais de teatro e de circo importantíssimos que precisam ser incentivados, mas que têm potencial lucrativo e são comercialmente sustentáveis.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - V.Exa. me concede outro aparte?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sim, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Será que não teríamos que pensar em auxiliar exatamente os que não têm potencial lucrativo? *(Riso.)*

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas é justamente isso. É necessário definir os que têm potencial lucrativo para saber quais irão prioritariamente para o FICART. E eles só poderão receber o dinheiro do mecenato se não houver dinheiro disponível na linha de financiamento. E nós estamos estabelecendo comandos reais para que ela passe a existir, porque ela existe no papel. Se alguém quiser hoje fazer um grande evento desses que têm hoje potencial lucrativo e disser: *“Olha, eu quero fazer. O evento é bom, vai gerar emprego para os artistas, para os músicos, vai gerar espaço para a cultura”*, então, não vamos ignorar, não vamos cometer o erro de endemonizar quem é famoso ou quem é comercialmente viável. Pelo contrário, eles têm uma repercussão na cadeia



produtiva e criativa. Isso precisa ser respeitado e valorizado. Sendo assim, é preciso garantir que haja dinheiro para financiar um projeto desses. E isso é importante até para a economia brasileira.

Portanto, vamos estabelecer aqui a definição do que é potencial lucrativo e quais são os mecanismos para tornar isso mais claro, a fim de termos condições de saber que grupo de projetos vai ter primeiro o seu financiamento no FICART, que é empréstimo, com juro reduzido e com uma linha atrativa, interessante. Assim como há financiamento do BNDES para a indústria e para vários setores, por que até hoje não existe para as artes de maneira atrativa? É este o comando que estamos tentando dar aqui: para que, de fato, ele exista. Assim como é importante financiar a indústria, por que não é importante financiar a arte e a cultura? E aí sobra mais dinheiro no mecenato para aqueles, de que a Deputada Laura falou com muita propriedade, que não têm potencial lucrativo. Esses são os que têm que ter prioridade!

Em outras palavras, o que estou dizendo é que, ao resolvermos esse problema em relação aos que têm potencialidade de financiamento, deixamos um volume maior de dinheiro para aqueles que não têm potencialidade de dar lucro. Em resumo, é isso.

Quero agradecer mais uma vez a todos os Parlamentares. Espero sinceramente que, na semana que vem, possamos ter incorporado o que for possível para a construção desse consenso, mas, mais do que isso, que, ao aprovarmos o relatório, saíamos daqui com o empenho de levá-lo ao Presidente da Câmara. Além de protocolar o projeto de lei em nome da Comissão, que possamos também encaminhar e protocolar um requerimento de urgência, solicitando ao Presidente que este projeto tenha, de fato, tramitação em caráter de urgência, em caráter de prioridade. Assim como as ações punitivas são importantes, as ações de fortalecimento da lei, de melhoria da lei, são imprescindíveis!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Obrigado, nobre Relator. Parabéns pelo brilhante trabalho e pelo empenho, em especial, no sentido de buscar um consenso para todo este relatório.

Passo a palavra ao Deputado Izalci Lucas.



**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Sr. Presidente, eu só quero registrar que apresentei aqui um relatório para subsidiar o relatório do Relator, onde há um estudo detalhado desta CPI. Acho que ficou muito claro para nós — e já está disponível para todos no *site*; são 1.046 páginas — que o que gerou de fato essas irregularidades, esses desvios todos investigados por essas operações, foi exatamente a ineficiência, que não posso dizer que era proposital, mas que era normal isso em todas as áreas do Governo. Por falta de controle, por falta de fiscalização, as pessoas foram fazendo esses desvios. E é assim que acontece. Quando se faz uma coisa errada e ninguém diz nada, vai fazendo...

Evidentemente, estou apresentando essa minuta bem detalhada, bem minuciosa, de tudo o que foi feito na CPI, onde inclusive cito 34 casos concretos de contrapartidas ilícitas da lei que houve. E, conforme dito aqui diversas vezes, isso era praticado, mas, como o Ministério nunca analisou e nunca questionou, eles foram acontecendo, que é o caso principalmente dos *shows* particulares feitos para os patrocinadores.

É evidente que há quadrilha. Estão muito bem comprovados aqui os ilícitos cometidos por aqueles “laranjas”, por empresas fantasmas, com notas falsas, falsificadas, notas frias. Já foram relacionadas 21 pessoas que faziam parte da organização criminosa nessa questão. E, em relação a outras 41 pessoas, pedimos ao Ministério Público que aprofunde as investigações, porque os indícios são muito fortes de que houve realmente desvio de recurso.

Evidentemente, como o Relator já disse aqui, o próprio Ministro já fez algumas alterações. E é público e notório que nós precisamos realmente aperfeiçoar a fiscalização e o controle, mas também precisamos democratizar mais a questão do acesso aos recursos. O Governo deveria ter feito isso e não o fez. Deveria aproveitar principalmente as empresas estatais para aperfeiçoar o sistema e não exatamente patrocinar aqueles que não precisam. Mas uma das formas de se incentivar principalmente essas instituições que estão iniciando é exatamente com o patrocínio das empresas estatais. Então, o Relator pode ficar à vontade no sentido de aproveitar aquilo que for importante para o relatório. O trabalho é bem detalhado e realizado com muita competência, com o auxílio dos nossos assessores, que, durante muito tempo, se aprofundaram nesse tema.



É evidente que nós estamos encerrando a CPI. De modo geral, participei não desta, mas da CPI do CARF e da CPI da PETROBRAS, e infelizmente a CPI perdeu muito poder em relação ao que tinha antes. Muitas pessoas que vieram aqui não falaram, e não se pode obrigá-las a falar aquilo que gostaríamos de ouvir, porque elas sempre têm o direito de ficar caladas. E normalmente quem tem culpa no cartório já vem com o *habeas corpus* autorizado.

Então, realmente nós precisamos estudar um modo de aperfeiçoar as prerrogativas da CPI. Eu acho que manter a CPI do jeito que está não vai trazer grandes resultados. Nós precisamos mudar. Assim como fizemos aqui com a aprovação da delação premiada, que tem sido bastante útil hoje no Judiciário, nós precisamos ter alguma coisa na CPI para que possamos de fato nos aprofundar um pouco mais nas investigações.

Mas, de qualquer forma, quero dizer que o que foi possível fazer, em função das informações e da documentação que recebemos, foi feito, e acho que os resultados já estão aparecendo, que é exatamente a mudança dos procedimentos do Ministério da Cultura, o grande responsável por tudo isso, pois, quando se tem uma fiscalização concomitante à prevenção, evita-se muita coisa. Infelizmente, durante 15 anos não houve praticamente nenhuma fiscalização, principalmente nos últimos anos, quando realmente havia mais recursos e nenhuma fiscalização.

Então, quero parabenizar todos os colegas, em especial o Relator, o Presidente e a Mesa e dizer que foi muito bom ter contribuído. Espero que esse relatório possa também contribuir para o relatório final.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Nobre colega Deputado, como 1º Vice-Presidente, hoje no exercício da Presidência desta reunião, faço questão de registrar o seu empenho, a sua dedicação desde o primeiro dia desta CPI, e de dizer que as suas sugestões são prova do seu trabalho e do empenho da sua equipe de assessores.

Antes de passar a palavra ao Deputado Chico d'Angelo, convido o Relator, que tem a proposta, para que se manifeste.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Deixei para me manifestar sobre esse assunto após ouvir o Deputado Izalci. Ontem eu soube, pelo próprio Deputado, que ele havia reunido — o que, aliás, ele já vinha fazendo de forma magistral ao longo da CPI — suas contribuições, no sentido de procurar se aprofundar nas investigações.

Lembro bem que, durante os depoimentos daqueles envolvidos na Operação Boca Livre, o Deputado trouxe, de forma bem ilustrada, um gráfico com o grau de interligação da quadrilha que se instalou de várias empresas, com vários CNPJs, para poderem, de alguma forma, arquitetar e alcançar o seu objetivo de desviar dinheiro público usando da Lei Rouanet. Portanto, Deputado Izalci, quero, primeiro, cumprimentá-lo, porque, durante todo o trabalho, V.Exa. de fato foi fundamental no sentido de buscar a verdade e trazer à luz da verdade o que ocorreu. E V.Exa. agora reúne esses documentos, que eu recebo com o entendimento de que são sempre uma contribuição valiosa.

O que quero dizer é que nós protocolamos um relatório e vamos buscar construí-lo sobre um consenso. Acredito que poderemos perfeitamente estar trabalhando em cima de um relatório, que, espero, represente o consenso desta Comissão. E nada impede que todas aquelas contribuições ou todas aquelas situações identificadas pelos Parlamentares, que podem levar o Ministério Público a alcançar o objetivo de aprofundar as investigações e punir aqueles que estejam envolvidos com ilícitos, sejam encaminhadas ao Ministério Público. Acho que essa é uma ação que, aliás, é independente, prerrogativa de todos nós. E considero extremamente louvável tudo o que a CPI puder usar no sentido de contribuir para que as investigações do Ministério Público e da própria Polícia Federal cheguem a bom termo, separem o joio do trigo e punam aqueles que merecem ser realmente punidos. E nós continuamos aqui com a nossa missão, cobrando do Executivo ações concretas no aprimoramento dos controles e da execução da lei e aperfeiçoando a própria legislação.

Então, recebo as sugestões de V.Exa., como as dos demais, apenas limitando-me a incorporar aquilo que eu acredito possa produzir um consenso no nosso relatório. Aquilo que for informação adicional à própria Operação Lava-Jato... Perdão, Operação Boca Livre. (*Riso.*) São muitas operações, cada uma com a sua



importância, e todas elas obviamente buscando reparar o dano que a corrupção, de forma desastrosa, promove e que nós, de maneira firme, temos de combater.

A Operação Boca Livre tem uma série de documentos. Pelo que eu pude folhear ontem, vi que V.Exa. complementa com cópias de notas fiscais que estão afetadas àquele processo e que acho devem ser entregues ao Ministério Público para que tome as devidas providências. Da minha parte, como Relator, acho que sempre as contribuições que daqui vierem serão positivas.

Termino mais uma vez parabenizando o Deputado. Acho que isso só mostra a sua seriedade e o seu compromisso com a verdade.

Era essa a consideração que eu gostaria de fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Obrigado.

Também, na mesma esteira, quero parabenizar o meu colega de Estado, o Deputado Chico d'Angelo, do PT, que foi um assíduo participante desta CPI, um homem interessado e conhecedor, como poucos membros desta CPI, do setor de cultura, em especial do nosso Estado.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CHICO D'ANGELO** - Acho que o trabalho que o Deputado Izalci Lucas fez seguramente vai ajudar todo o conjunto de iniciativas do Relator. Mas eu quero fazer um comentário mais geral.

Divergindo um pouco do Deputado Izalci Lucas, diria que esta CPI, diferentemente de outras, cumpriu na sua totalidade o seu trabalho. Esta CPI não tinha, nem na Presidência, nem na relatoria, alguém que era membro da base do antigo Governo, mas tinha, na maioria de seus membros, essa composição. A CPI ouviu todos os atores envolvidos, os que promoveram e cometeram roubos, que vieram aqui. E ela vai ajudar a Polícia Federal e o Ministério Público, porque essa é uma função da CPI. Ela ouviu Ministros, algumas vezes num momento político delicado, já que estávamos num processo de transição do Governo, e conseguiu algo que, às vezes, é difícil uma CPI conseguir: fortalecer a Polícia Federal e o Ministério Público, aprofundar as investigações e respaldar essas iniciativas. Seguramente, os depoimentos aqui deram mais subsídios para a Polícia Federal e o Ministério Público aprofundarem as investigações.



Além disso, esta CPI consegue algo fundamental. A Lei Rouanet é nova, recente, vem desde 1991, no Governo Collor, e tinha várias fragilidades na sua execução. Se dissecarmos o tema, com os depoimentos de Ministros, de representantes de órgãos técnicos, de concursados que aqui estiveram, podemos ver que, se alguma coisa ocorreu, foi a fragilidade estrutural do Ministério para conseguir dar conta das iniciativas de averiguar todas as demandas de processo. Não há nenhum ilícito provocado pelo poder público. Para mim, isso ficou claro aqui. Refiro-me aos governos anteriores também, porque a Lei Rouanet vem desde 1991. Havia um consenso de que era necessária uma reformulação, para não haver brechas na lei.

Dessa forma, eu gostaria de parabenizar o Relator e o Presidente, que conduziu a CPI de maneira republicana. Acho que a CPI conseguiu não só trabalhar com essa visão de aprofundar as investigações e punir quem tem que ser punido, mas também produzir um saldo positivo, o que acho que seguramente ocorrerá, por exemplo, com essa questão dos 3% de receita das loterias, além de outras iniciativas que o Deputado Domingos Sávio colocou. Digo isso porque, caso contrário, sairíamos daqui com uma sensação de que não foi uma coisa positiva.

Eu diria que entrei aqui achando que a CPI não ia ter uma conclusão muito positiva, sob o ponto de vista de melhorar o financiamento da cultura, mas acho que terá. A CPI vai cumprir um papel importante, a médio e longo prazo, para o Ministério da Cultura, que esteve para ser extinto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Muito obrigado, nobre colega Deputado. Essas palavras vindas de V.Exa. engrandecem o trabalho de todos os Deputados membros desta CPI e das assessorias, a quem agradecemos enormemente o trabalho e o empenho dedicado ao longo desses meses.

Compreendemos que o momento político era muito delicado e era natural que ouvíssemos tudo aquilo. Mas prova-se que, nesta Casa, ainda existem homens e mulheres comprometidos com a coisa pública de maneira republicana. Os embates políticos e ideológicos, nos quais têm que ser respeitadas as nossas diferenças, devem servir para amadurecermos a nossa democracia e a nossa gestão, independentemente de governo ou de partido A, B ou C.



Entendi a colocação de V.Exa. e quero dizer que a postura do Partido dos Trabalhadores e dos demais membros que hoje compõem a Oposição contribuiu com o trabalho do Presidente, o meu colega de partido Deputado Alberto Fraga, e do Relator, permitindo-nos construir esse amplo diálogo, esse amplo respeito. Acho que é dessa forma que nós vamos construir pilares mais sólidos para a cultura do nosso País.

Como um dos proponentes da CPI, que está chegando à reta final, eu gostaria, Deputado Sávio, Deputado Izalci, Deputado Chico d'Angelo, de dizer que me sinto com a consciência de missão cumprida.

V.Exas. não imaginam — o Deputado Sávio acompanhou algumas; acho que o Deputado Izalci também — as pressões que sofremos para que não levássemos esta CPI adiante. Eu tinha tanta convicção de que o resultado seria esse a que estamos chegando, que não cedemos a nenhuma das pressões.

O Presidente Fraga em algumas reuniões não quis estar presente, e eu estava como um dos autores da CPI. Com várias pessoas do segmento da cultura do País nós dialogamos e falamos: “*Ao final, vocês vão agradecer à CPI*”. Hoje eu já começo a colher frutos de gratidão, porque entenderam que, em nenhum momento, nós queríamos fazer disso aqui o que alguns chamaram de picadeiro, de circo; muito pelo contrário, queríamos fazer o que foi feito.

Tudo isso nós Parlamentares, que temos uma vida muito agitada nesta Casa, queremos compartilhar com todas as assessorias, inclusive do Ministério da Cultura, assessorias individuais dos Parlamentares e das Lideranças partidárias, que também fazem parte dessa história.

Antes de encerrar, eu gostaria de registrar a presença de um amigo meu do Rio Grande do Norte e ex-Vice-Prefeito da cidade João Câmara: Francisco Melo, conhecido politicamente lá como Tico Melo. Bem-vindo a esta CPI!

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Deputado Sóstenes...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Aproveitando o ensejo, eu também queria cumprimentá-lo pelo trabalho brilhante e registrar a presença do Prefeito de Coronel Fabriciano, o meu amigo Dr. Marcos Vinicius, lá do Vale do Aço.





Já há preocupação dos prefeitos e das autoridades. Aqui também nós tratamos do interesse da cultura lá nos Municípios e nos Estados, porque estabelecemos um comando, Deputado Chico: que o Fundo Nacional de Cultura não possa ficar financiando o custeio do Ministério, mas que possa parcialmente ser também contemplada a possibilidade de repasse a fundos municipais e fundos estaduais, e os fundos municipais e estaduais, esses, sim, possam, em parte, custear atividades culturais, até 20%. Hoje o dinheiro do Fundo Nacional de Cultura acaba custeando, em quase 100%, ações do próprio Ministério, e não financiando a cultura de base, de raiz, como deveria.

Deputado Sóstenes, finalizo, por uma questão de justiça, registrando aqui, por meio de V.Exa., do Deputado Chico, que aqui representa a bancada do PT — faço menção também ao Deputado Orlando Silva, da bancada do PCdoB —, que esse ambiente nos possibilitou um amadurecimento, algo de que a política brasileira como um todo está precisando. V.Exa. teve um papel combativo e extremamente louvável de defender que a CPI fosse instalada e que ela fosse instalada para servir à cultura e servir ao Brasil — eu não tenho dúvida de que foi esse o seu propósito. E nós conseguimos trabalhar nessa direção, porque dialogamos entre nós e encontramos esse ponto de convergência.

Queríamos e queremos servir ao País. E servir ao País é, definitivamente, sermos intransigentes no combate à corrupção, sermos duros e intransigentes, fazer isso de uma maneira republicana — não podemos deixar isso virar paixão partidária, porque aí nem por um lado se combate nem por outro se é isento no combate.

Então é preciso esse comportamento nosso. Corrupção não tem cor partidária. Todos temos que ser contra isso e temos que combater isso. E obviamente, ao fazê-lo, temos que criar mecanismos preventivos. Não adianta falarmos que há corrupção no Brasil, que vamos combater isso com uma CPI, e continuar com a mesma ladainha, o mesmo erro.

Então, o trabalho pegou muito este enfoque de aprimoramento. Agora espero que a nossa união seja utilizada como uma verdadeira alavanca e que ação de V.Exa., que é um Deputado combativo, sério, respeitado, ajude-nos muito com o Presidente da Casa.



O Deputado Fraga tem uma liderança grande, tem capacidade de articulação junto ao próprio Presidente da Casa, e há bancadas expressivas que ele lidera nesta Casa. E digo isso para que nós possamos trabalhar juntos, para que este produto não fique na gaveta, para que ele, ao ser aprimorado e concluído na semana que vem — eu não tenho dúvida de que ele será aprimorado —, passe a ser um documento público.

Eu aproveito para estender essa oportunidade às assessorias de Ministérios que estão aqui, ao pessoal da imprensa também. Nós estamos absolutamente abertos a receber sugestões para aprimorá-lo e implementá-lo.

Parabéns ao Deputado Sóstenes e ao Deputado Fraga pelo belo trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Quero agradecer os elogios de V.Exa. Isso só aumenta a minha responsabilidade de exercer melhor a cada dia o mandato que o povo do meu Estado me confiou.

Quero reiterar o que disse no início: o seu trabalho exímio e a sua habilidade política proporcionaram isso. O Relator é mais importante do que o Presidente e o Vice-Presidente de qualquer CPI. Qualquer pessoa desta Casa sabe disso.

De maneira muito singela e de coração retorno esses elogios a V.Exa. Eu sei do empenho de V.Exa. neste momento em que é preciso tanta celeridade nesta Casa em tantos trabalhos em que nós temos nos envolvido.

Agradeço também aos servidores da Casa. Eu me esqueci deles, falei só da assessoria.

Vocês também são partes importantes. Há o nosso querido e eterno secretário, que sempre esteve muito atento a tudo. Nossa gratidão a todos vocês. Saibam que a história reserva lugares para alguns nomes que aparecem. Os verdadeiros heróis às vezes não aparecem em nenhum escrito. Mas a eternidade há de revelar o empenho e a dedicação de cada um dos senhores e senhoras.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se no dia 3 de maio, às 14h30min, em plenário a ser informado oportunamente, para discussão e votação do relatório final da CPI.

Está encerrada a presente reunião.